OURO PORTUGUÊS

A DINASTIA DO OURO MUÇULMANO EM PORTUGAL

António Miguel Trigueiros

INTRODUÇÃO

Em artigos anteriores divulgamos os principais trabalhos publicados, ou em vias de publicação, sobre o volume de ouro amoedado em Portugal, em duas épocas distintas, correspondentes aos intercâmbios comerciais africanos iniciados com os Descobrimentos (séc.XV-XVI), e à exploração mineira no Brasil (séc.XVIII). A estas duas haverá que adicionar uma primeira época, a do ouro muçulmano, coincidente com a nossa primeira dinastia, de que se ocupa este terceiro e último artigo desta série dedicada ao ouro português.

Ao contrário dos textos anteriores, cujas fontes impressas permitiram a construção de quadros com uma perspectiva quantitativa (ver as revistas n.º 3/2005, pp. 117-126; e n.º 1/2006, pp. 21-26), neste caso tal não é possível, por razões óbvias, a ausência de registos documentais. As únicas excepções são os testamentos reais dos séculos XII ao XIV, que alguns autores, como Lúcio de Azevedo, consideram serem representativos das finanças nacionais: *«Pelos testamentos podemos julgar da (fazenda) que fruiu cada um, e conjuntamente da situação financeira do Estado, que era a do monarca»* (*Épocas de Portugal Económico,* Lisboa, 1929, p. 35).

A leitura desses testamentos, na parte que às moedas e metais diz respeito, dá-nos conta de alguns números, quer de prata e de ouro em barra, quer de prata e ouro amoedado, cuja conversão em unidades modernas (quilos) é apresentada como estimativa no quadro anexo.

OS CIRCUITOS DOS METAIS

Anteriormente à descoberta da América, a circulação monetária europeia e norte-africana aparecem dominadas por duas zonas de difusão de metais amoedáveis, a prata e o cobre na Europa, o ouro na África.

A produção mineira de prata e de cobre situa-se no Sudeste da Alemanha, na Boémia, na Hungria e no Tirol. A fonte do ouro encontra-se distribuída numa imensa faixa que atravessa o continente africano, desde a actual Guiné, Gana, Níger e Chade, ao Sudão – a antiga Núbia dos egípcios –, donde passa no dorso de imensas caravanas cameleiras para o Norte de África, de Marrocos ao Egipto, alimentando as cunhagens bizantinas e muçulmanas.

Durante séculos a circulação de ouro amoedado provinha das boas espécies bizantinas, os soldos ou *solidus aureus*, que as dinastias muçulmanas irão imitar ao lançar o *dinar* de ouro puro (4,5 g) e com esta nova moeda inundar os mercados norte-africanos e ibéricos que vão sucessivamente conquistando. Quanto à prata, os muçulmanos copiam o antigo

sistema persa, cunhando *dirremes* (3,7 g) de boa qualidade.

No início do século IX é criado o sistema monetário europeu baseado no *denier* de prata carolíngio, no grande império franco-germânico de Carlos Magno (800-840), que logo depois irradia por todo o Ocidente, cedo chegando à Ibéria. Com ele vem também o cobre, necessário para ligar à prata e assim cunhar os primeiros *dinheiros* dos reinos cristãos da Península.

DINARES PENINSULARES

Desde a invasão árabe e a derrota dos visigodos em Guadalete no ano de 713 d.C., que a moeda de ouro muçulmana começa a substituir na circulação os *solidus* ou *áureos* bizantinos, de circulação universal desde Constantino *o Grande*. O *dinar* muçulmano peninsular, cunhado por quase todos os reinos e emirados árabes, irá conhecer enorme proliferação, constituindo durante mais de cinco séculos a principal espécie monetária em Espanha.

As guerras da Reconquista e a decadência política e monetária dos reinos taifas peninsulares, resultaram no enfraquecimento do dinar, que dos 4,5 g iniciais chegou durante a dinastia almorávida aos 3,85 g, estando na origem do aparecimento no final do século XII das primeiras peças de ouro lavradas com esse peso pelos reis cristãos.

OURO DOS MURABITS

Com a invasão almorávida da Península em 1087 chegam novas espécies áureas de grande qualidade. O império almorávida, inciado em 1057 nos confins desérticos de Marrocos, é um império do ouro, um metal que jorra do interior do continente negro, e as suas moedas inundam a Cristandade, chegando aos pontos mais remotos da Escandinávia e da Rússia.

Tendo como base um movimento religioso de tendência ascética, formado por uma casta de guerreiros berberes – os murabits ou morabutes –, propaga-se rápidamente, dominando toda uma vasta região que se estende do Senegal ao rio Tejo.As suas moedas de ouro, os dinares dos morabits (de 3,85 g), irão influenciar as primeiras cunhagens de ouro cristão da península, que depressa adquirem nomes diferentes: *maravedis* em Castela e Leão; *morabitinos* em Portugal:

1172 – o *maravedi* de Afonso VIII de Castela (1158-1214) lavrado em Toledo, em tudo semelhante ao dinar morabitin do reino taifa almorávida de Múrcia, inclusivamente portando legendas em caracteres arábicos, redigidas conforme a tradição muçulmana, mas de significado cristão;

1177 – o *maravedi* de Fernando II de Leão (1157-1188), já com legendas latinas e tipologia de retrato, com o busto coroado do rei, no anverso, e um leão no reverso; e finalmente,

1190-92 – o *morabitino* de Sancho I de Portugal, onde, a par das cinco quinas em cruz e de formato amendoado, figura no anverso uma soberba representação equestre do soberano, como se estivesse no auge de uma batalha, uma tipologia inovadora para a época, talvez inspirada no desenho dos selos de autoridade.

MORABITINOS DE OURO

Na história monetária portuguesa, o nome *morabitino* designa as moedas de

ouro cunhadas em nome dos primeiros reis de Portugal, desde D. Sancho I (1185-1211) até ao reinado de D. Sancho II (1223-1248).

A sua etimologia provém do nome *murabiti*, por que eram conhecidas as moedas árabes, de prata e de ouro, lavradas durante o período da dominação almorávida da Península Ibérica (1087-1147). *Murãbit* (significando "aquartelados") era o nome porque os primitivos guerreiros berberes almorávidas se designavam a si próprios, constituindo uma casta militar vivendo em aquartelamentos, semelhante à dos cavaleiros das ordens militares cristãs.

Após a introdução das primeiras espécies áureas castelhanas e leonesas, começou a divulgar-se a terminologia *maravedi* para designar esta nova moeda cristã, enquanto que na língua portuguesa manteve-se a designação árabe original, mas só aplicada às moedas de ouro.

MORABITINOS PORTUGUESES

Apesar do longo reinado de 46 anos de D. Afonso I, não chegaram até nós provas documentais e numismáticas de que o nosso primeiro rei tenha cunhado ouro. Entre as explicações sugeridas pelos historiadores figura a da falta de autoridade para o fazer, dada a subordinação de vassalagem da Coroa portuguesa à Santa Sé; ou a da falta de necessidade de ter moeda própria de ouro, vista a abundância de ouro muçulmano no mercado.

A leitura dos documentos coevos transcritos e comentados por Agostinho Ferreira Gambetta na sua *História da Moeda* (Academia Portuguesa da História, volume I, Lisboa, 1978), confirmam a ausência de moeda de ouro nacional.

Os primeiros morabitinos portugueses conhecidos aparecem com D. Sancho I, entre 1188 e 1192, já que é desse ano a mais antiga referência documental que os refere de uma forma clara e explícita: «XX *morabitinos de bona moneta regis Sancii*» – 20 morabitinos de boa moeda do rei Sancho.

Não parece haver aqui muitas dúvidas de que a cunhagem do primeiro ouro português é um reflexo da bula *Manifestis probatum est*, dada em Roma a 29 de Maio de 1179, através da qual o soberano pontífice reconhece ao chefe português o direito a usar o título de rei de Portugal e a dignidade inerente a esse título, concedendo e confirmando o direito a possuir a terra do seu reino, de então em diante indivisível e inalienável.

TESTAMENTOS DE D. AFONSO I E DE D. SANCHO I

Os principais documentos com referências monetárias foram publicados e estudados por vários autores, mas os livros mais acessíveis e fiáveis continuam a ser a *Numária Medieval Portuguesa*, de Ferraro Vaz (ed. do autor, tomo II, Lisboa, 1960), e a citada obra de Ferreira Gambetta.

No codicilo ao testamento do nosso primeiro rei, de Fevereiro de 1179, são referidas moedas de ouro no valor total de 22.000 morabitinos (com um peso unitário médio de 3,8 g, seriam cerca de 83,6 quilos), e prata não amoedada com o peso de 376 marcos (com o marco de 229,5 g, seriam cerca de 86,3 quilos), guardados no convento de Santa Cruz de Coimbra, fazendo-se referência, nos legados, a morabitinos, morabitinos maiores e a mozmodis que seriam, res-

pectivamente, dinares almorávidas, dobras almóadas e meias dobras almóadas.

Mas nele se diz também que já antes o rei tinha dado 13.000 morabitinos, ou seja, o total no tesouro real seria de cerca de 133 quilos de ouro amoedado.

Dos dois testamentos de D. Sancho I, o primeiro, de 1188-89, é muito pormenorizado nas moedas e nos metais que menciona, quer no testamento propriamente dito (onde se dispõe dos bens da coroa), que no codicilo ao testamento (onde o rei dispõe dos seus bens próprios em legados).

Dada a recente morte do D. Afonso Henriques, em Dezembro de 1185, este primeiro testamento do seu herdeiro poderá também ser encarado como o verdadeiro legado do rei Fundador: no total, mais de 1.037 marcos de prata em barra (c. de 238 quilos); 127.227,5 morabitinos de ouro (c. de 483,5 quilos, repartidos por vários tipos de moedas); e uma enorme soma de dinheiros de várias origens, 4.632.420 d. (cerca de 3.242,7 quilos, tomando um peso médio unitário de 0,7 g para esses dinheiros de bolhão).

O último testamento de 1210 deixa-nos uma visão do valor total do tesouro real no final deste reinado: 1.400 marcos de prata em barra (c. 321,3 kg), 100 marcos de ouro em barra (c. 22,95 kg) e 740.000 morabitinos (c. 2.812 kg).

Nos reinados seguintes os testamentos já não são tão pormenorizados, a preocupação do rei era dispor dos seus bens próprios em legados e já não inventariar o tesouro nacional.

MORABITINOS E DINHEIROS

Na mesma época em que apareciam na circulação os primeiros dinares muçulmanos peninsulares, ao Norte dos Pirinéus tinha lugar um acontecimento que iria marcar decisivamente a história monetária europeia pelos séculos vindouros:

Carlos Magno, rei dos Francos e imperador do Sacro Império Romano (800-840), lançava a sua reforma dos pesos, das medidas e das moedas, criando em 800-801 um novo sistema monetário em regime monometalista-prata (metal abundante nos seus domínios) e adoptando designações de moedas, e de contagem de valor de moedas, baseadas nas ancestrais designações dos Romanos.

Do peso de uma *libra de prata fina*, que era a unidade ponderal (equivalente a 489,5 g), mandou cunhar 240 *dinheiros* de prata (peso teórico unitário de 2,0 g de prata fina), moeda real e efectiva, criando como moedas de conta o *soldo*, de 12 dinheiros e a *libra*, de 20 soldos.

Introduzidos na Península Ibérica logo em seguida à conquista do condado de Barcelona, em 801 d.C., os dinheiros dos reis carolíngios irradiaram por toda a Espanha cristã, influenciando as primeiras cunhagens dos reis de Aragão, Navarra, Castela e Leão.

Em Portugal, o lavramento de dinheiros – já então de liga pobre de prata, designada *bolhão*, com cerca de 22 por cento de prata e peso médio de 0,8-0,9 g – teve início logo no reinado do rei Fundador (1140-1185), prolongando-se até finais do século XIV, muito embora com grande depreciação das suas características intrínsecas.

Era com base neste sistema misto de influência castelhano e muçulmano, representado por moedas efectivas de bolhão (*dinheiros* e *mealhas*, ou meio dinheiro, frequentemente metades de di-

nheiro, cortados com uma tesoura), moedas de conta de prata (*soldos*, de 12 dinheiros) e moedas de ouro (*morabitinos*, com o peso de 3,8 g, valendo inicialmente 15 soldos ou 180 dinheiros), além de um grande número de espécies de ouro, prata e cobre muçulmanas e dos reinos vizinhos, que se fazia a fixação dos preços dos bens e mercadorias, bem como do valor das rendas e direitos reais.

AS DOBRAS MOURISCAS

Menos de um século volvido, a Espanha muçulmana conhece novos senhores, os almóadas, que desde 1147 se impõem aos almorávidas peninsulares. Com eles vem uma nova moeda, um novo «solidus aureus», a *dobra almóada*.

Em termos monetários, a palavra *dobra* designa genéricamente uma moeda de ouro com o valor "dobrado" de outra, normalmente a moeda de referência do sistema em vigor. A sua origem na época medieval provém do nome por que ficaram a ser conhecidas as moedas de ouro árabes com peso duplo dos dinares peninsulares.

Desde cerca 1184 – contemporâneo com o reinado de D. Sancho I –, que os reis da dinastia Almóada cunharam três denominações de ouro puro: o dinar (de 2,3 g), o meio-dinar e o duplo-dinar (de 4,6 g e 30 mm de diâmetro), também conhecida pelos cristãos por *quadratus in auro* – pelo quadrado inscrito ao centro da moeda.

Dobra mourisca foi mais tarde o nome dado a essas grandes moedas muçulmanas, cuja boa qualidade lhes granjeou prestígio internacional, servindo de modelo para uma nova geração de moedas de ouro cristãs, primeiramente cunhadas no reino de Castela e Leão por Fernando III (1230-1252).

O ouro muçulmano vai comandar a evolução monetária portuguesa até 1435, primeiro copiando o sistema dos dinares dos murabit, depois entroncando no sistema das dobras dos almoádas.

OURO DO MEDITERRÂNEO

Na Europa do início do século XV o ouro é escasso, senão mesmo raro, o seu valor em termos da relação com a prata é caro, 11 para 1, enquanto no Magrebe o metal amarelo é mais barato, a razão para a prata é apenas de 9 para 1. Foi assim durante séculos no mundo muçulmano, o ouro sempre barato, e a prata, cara. A prata escasseia nos reinos mouros, flui do Norte da Europa para os mercados norte-africanos, onde é trocada por ouro, que irá por sua vez fluir para os reinos cristãos.

Não é por acaso que os grandes empórios comerciais do Mediterrâneo, Génova, Florença e Veneza, confrontados com o grande incremento das transacções internacionais, de que eles próprios são os principais impulsionadores, emitem novas espécies áureas desde meados do século XIII (1252-1284), florins e ducados de ouro fino de um tipo inovador (3,52 g), que se afasta do sistema muçulmano da dobra e dá origem à primeira moeda europeia de ouro de circulação universal.

A moeda de ouro reaparece assim na Europa mediterrânica como resultado do seu desenvolvimento económico e de uma balança comercial excedentária com o mundo muçulmano.

Mas não só. Precisamente nesse período regista-se uma intensificação da

produção mineira argentífera europeia, o que faz com que o metal branco fique mais barato, permitindo a sua amoedação em novas espécies de maior peso, o que, por sua vez, irá possibilitar um maior volume de trocas com o mundo muçulmano e um incremento da chegada do metal amarelo aos reinos cristãos.

LIBRAS, SOLDOS E DINHEIROS

Desde o reinado de D. Afonso III (1248-1279) que se verificou um acréscimo muito acentuado na procura e na produção de moeda, mercê de diversas medidas de fomento do comércio e das cobranças fiscais, associado à obrigatoriedade dos pagamentos das rendas em dinheiro.

Data também desse reinado, cerca de 1255, a introdução em Portugal, como regra geral, obrigatória, do sistema de computação monetária francês de raiz carolíngia: 1 libra = 20 soldos; 1 soldo = 12 dinheiros.

Desde então os testamentos reais deixam de falar em morabitinos, passando a referir a libra-moeda de conta, no valor de 240 dinheiros de bolhão (com um peso médio de 0,7 g).

Se pensarmos que todos os bens tangíveis legados pelos reis eram suportados em espécies físicas, então poderemos estimar o peso desses legados:

D. Afonso III – 54.350 libras em 1271 (c. 9.130,8 kg) e mais 100 marcos de prata em barra;

D. Dinis – 53.000 libras em 1299 (c. 8.904 kg) e mais 200 marcos de prata em barra (c. 45,9 kg); e do mesmo rei, mas em 1322, existiam na torre albarrã do castelo de Lisboa, 350.000 libras em dinheiros portugueses (c. 58.800 kg).
O tesouro real ia aumentando de valor.

DOBRAS PORTUGUESAS

Existem referências documentais a dobras e meias dobras lavradas pelo rei D. Pedro I (1357-1367), mas como não chegaram até nós quaisquer exemplares desse reinado, as primeiras moedas actualmente conhecidas com esse nome são as *dobras pé terra* de D. Fernando I (1367-1383), cunhadas entre Janeiro de 1367 e Abril de 1369. O início da primeira guerra com Castela nesse ano, obrigou ao abandono da sua produção e à cunhagem de outras moedas mais fracas, os *gentis* de ouro.

O nome *pé terra* deriva da posição em que o soberano vem retratado no anverso da moeda, de corpo inteiro e de pé sob um dossel ogival gótico, apoiando-se no escudo das quinas e com grande riqueza de pormenores da armadura e vestimenta, uma imitação quase integral da gravura francesa do *franc à pied* de Carlos V da França (1364-1382).

O TESOURO MAIS RICO DE TODOS OS REIS

Segundo narra Fernão Lopes, o rei D. Pedro teria deixado um imenso tesouro na "Torre do Aver" de Lisboa. Seriam:

800.000 moedas de ouro (com um peso estimado em 3.700 quilos) e 400.000 marcos de prata (cerca de 92 toneladas).

A verdade é que os números estimados pelo seu testamento de 1322, onde se refere claramente que o rei dispõe da terça de todos os seus bens, no valor de 174.500 libras, apontam para um valor total do tesouro real de 523.500 libras, ou seja, cerca de 88 toneladas de prata (bolhão) amoedada. Razão suficiente para acreditarmos nos valores apontados pelo cronista.

REINADO Ano	PRATA (em kg)		OURO (em kg)	
	Barra	Moeda	Barra	Moeda
Afonso I Fev. 1179	86,3	-	-	133,0
Sancho I 1188	238,0	3.242,7	-	483,5
Out. 1210	321,3	-	22,95	2.812
Afonso II Jan. 1218	-	-	-	493,6
Sancho II c. 1231	-	2.016,0	-	85,5
Afonso III Nov. 1271	22,95	9.130,8	-	-
Dinis Abr. 1299	45,9	8.904,0	-	-
Jun. 1322		58.800		-
Afonso IV Fev. 1345	-	-	-	-
Pedro I Jan. 1367		87.948		
Fernão Lopes	92.000			3.700

Só em rendas reais, o tesouro colectava 5.000 marcos de ouro por ano (cerca de 1,15 toneladas), números que refletem bem o florescimento económico duma época prestes a terminar.

Foi ainda o rei Justiceiro que dotou Portugal com um sistema monetário muito completo e coerente, adaptando no ouro o sistema da dobra mourisca e, na prata, de boa lei de 10 dinheiros (833 milésimas), o sistema castelhano-francês baseado no *gros tournois* ou tornês de S. Luis da França, criado em 1266, e no *real* de prata de Pedro I de Castela (1350-1369). Na escala inferior continuou o lavramento dos pequenos dinheiros de bolhão, tão depauperados que só tinham então um duodécimo de prata do seu peso de liga.

Da casa da moeda de Lisboa saíram então dobras (5,22 g) e meias-dobras de ouro puro, valendo as primeiras 4 libras e 2 soldos (984 dinheiros). Foi com essas boas moedas que D. Fernando abriu o seu reinado em 1367, mudando apenas a figuração do seu retrato, agora de pé ao estilo francês.

Mas logo dois anos depois tudo irá mudar. A eclosão em Junho de 1369 da primeira guerra entre Portugal e Castela (das três que se travaram até Agosto de 1382, na disputa sucessória com Henrique de Trastâmara), envolve Portugal na espiral bélica da Guerra dos Cem Anos, com consequências desastrosas.

O tesouro de Lisboa vai ser utilizado numa tentativa falhada de comprar a aliança militar do rei de Aragão contra o rei de Castela: 4 000 marcos de ouro amoedado são enviados em 1370 para Barcelona, cerca de 918 quilos do precioso metal. Sem quaisquer resultados práticos.

A convulsão monetária é total, no final deste reinado.

As moedas portuguesas de ouro (*dobras* e *gentis*) e as de boa prata (*reàis* e *fortes*, de 120 dinheiros) desaparecem completamente da circulação e a sua produção é abandonada.

O tesouro recebido em herança desapareceu, sumiu nos encargos dessas guerras inúteis e vexatórias. E logo depois da sua morte virão outras guerras e despesas, mas essas pela independência do Reino.

A cunhagem de ouro português só será retomada em 1436, no reinado de D. Duarte I, quando Ceuta já era portuguesa e estava aberto o acesso a um importante mercado de ouro africano. ■

OURO AFRICANO DA ERA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

António Miguel Trigueiros

INTRODUÇÃO

A história económica de Portugal regista dois períodos em que a moeda de ouro nacional gozou de notável projecção internacional. O primeiro abrange a época dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina, desde meados de quatrocentos até ao final do século XVI; o segundo período corresponde ao século XVIII. Ambos os momentos apresentam um ponto comum: o acesso da coroa portuguesa à matéria prima amoedável, primeiro o ouro africano dos Descobrimentos e, mais tarde, o ouro do Brasil.

Num artigo anterior divulgamos um estudo inédito sobre as amoedações de ouro brasileiro em Lisboa, durante o século XVIII. Para completar a informação disponível sobre o ouro português, faltava referir os estudos de Vitorino Magalhães Godinho, sobre o ouro recebido na Casa da Moeda de Lisboa e (provavelmente) amoedado durante o século XVI.

OURO DOS DESCOBRIMENTOS

Durante mais de cinquenta anos, desde o final do reinado de D. Fernando até 1435, cessaram as emissões de ouro português, apesar de haverem registos que confirmam uma abundante circulação monetária em espécies áureas estrangeiras durante o reinado de D. João I (1385-1433), nomeadamente francesas (coroas), aragonesas (florins) e inglesas (nobres).

A ausência de cunhagens portuguesas de ouro, num período de guerra com Castela, em que a preocupação maior era a de se conseguirem fundos para as despesas militares, para o pagamento das soldadas e para reconstrução das fortalezas do reino, talvez se possa explicar pela impossibilidade de se conseguirem vultuosos lucros de senhoriagem no lavramento do metal amarelo, ao contrário do que acontecia com o metal branco. De facto, enquanto o valor nominal e o teor da prata nas moedas podia ser manipulado pelo poder real, já que se destinavam sobretudo ao mercado interno, as espécies de ouro eram moedas de circulação internacional, com o seu valor sempre expresso pelo seu peso de ouro fino, o que limitava a margem de manobra das quebras monetárias.

O regresso à amoedação de ouro é o traço mais característico e importante da reforma monetária de 1435, só possível porque desde 1415 a cidade marroquina de Ceuta é portuguesa e estava aberta uma primeira porta de acesso a um importante mercado de ouro africano. No reinado seguinte é provável que aí tenha funcionado provisoriamente uma casa

de moeda (cuja existência não deixa de ser duvidosa, pelo simples facto de não aparecer mencionada nas fontes documentais coevas), donde terão saído algumas moedas *ceitias* de ouro, de prata e de cobre cunhadas em nome de D. Afonso V.

Coincidente com a reforma empreendida por D. Duarte (1433-1438) e continuada pelo Infante Regente D. Pedro (1439-1448), os navegadores ao serviço do Infante D. Henrique começavam a metódica exploração do litoral africano. Ultrapassado o Cabo Branco em 1441, Nuno Tristão e os seus companheiros visitam as costas da actual Mauritânia, onde, em 1442, Antão Gonçalves entra para os anais da História ao conseguir resgatar a primeira porção de ouro africano. Segue-se no ano seguinte a descoberta da pequena ilha Arguim, numa zona costeira abundante de sal e por isso de há muito freqüentada pelas caravanas trans-saarianas na sua rota para Marrocos. Têm então início os tratos comerciais entre os navegadores e os cameleiros, cujo desenvolvimento ditará a construção da primeira feitoria portuguesa em solo africano, cerca de 1446-48.

ARGUIM. O contributo em ouro do resgate de Arguim, que era monopólio régio, deve ter sido muito significativo para a época, já que está directamente ligado ao lançamento, em 1457, do *cruzado* de ouro do rei Africano, lavrado segundo o padrão dos ducados italianos e que viria a ser a mais importante moeda comercial nos próximos dois séculos. Os primeiros registos de que há conhecimento remontam ao último quartel desse século, permitindo estimar os envios para Lisboa entre 20 a 25 quilos de ouro fino por ano, entre 1475 e 1502.

CANTOR. O reconhecimento da costa africana, desde o cabo Verde até ao rio Gâmbia e aos rios da Guiné, entre 1444 e 1456, permite aos exploradores portugueses o acesso a outros importantes pontos de contacto com os mercadores nativos. As caravelas sobem o rio Gâmbia até Cantor, 720 quilómetros desde a foz, onde encontram uma das maiores feiras do ouro das minas do império mandinga, e logo nova feitoria é aí instalada, com resultados muito compensadores: em troca de panos e tecidos de todos os tipos, artefactos de cobre e de latão, cavalos e os famosos búzios cauris, apreciados como moeda, os portugueses conseguem ouro em pó, cerca de 30 quilos por ano são assim escambados e enviados para Lisboa até ao início de Quinhentos.

SERRA LEOA. Mais a sul ainda fica a Serra Leoa, descoberta por Pedro de Sintra em 1460, onde se situava um outro foco aurífero independente do anterior, acessível em todos os recantos, estuários e aldeias nativas, que as velas portuguesas irão explorar minuciosamente. Novos resgates vão surgindo ao longo dos anos, responsáveis pelo fornecimento de abundantes quantidades adicionais de ouro africano, do mais puro quilate, cerca de 60 a 100 quilos em cada ano, desde a década de 1480 até ao início do século XVI.

RIOS DA GUINÉ. No conjunto dos tratos comerciais da zona chamada dos «rios da Guiné», (Gâmbia, Cantor e Serra Leoa), aberta à iniciativa do comércio privado, são conhecidos alguns números das quantidades de ouro chegadas a Lisboa por conta de particulares, cobrindo um período de vinte anos. Entre 1494 e 1496, a média anual teria sido de

53 quilos, passando para 182 quilos entre 1497-1498, aumentando depois para 301 quilos entre 1505-1507 e para 372 quilos durante os anos de 1509-1510, quando se registou o pico médio anual das chegadas de ouro, reduzidas depois para 277 quilos no período de 1511-1513.

A MINA. Em 1469 a coroa arrenda por cinco anos o exclusivo dos negócios da Guiné a Fernão Gomes, mercador de Lisboa, com a condição de descobrir anualmente mais 100 léguas (aprox. 500 km) de costa. Em Janeiro de 1471 os navegadores João de Santarém e Pêro Escobar descobrem o «resgate do ouro» na actual baía de Shama, no Gana, que desde então se passou a chamar a Mina, tal era o caudal do precioso metal que manava dos tratos comerciais com os nativos.

Para proteger e fomentar o comércio do ouro, D. João II mandou edificar na costa da Mina uma fortaleza. No dia 11 de Dezembro de 1481 partiu de Lisboa uma frota de 10 caravelas e 2 urcas com cerca de 600 homens, comandada por Diogo de Azambuja, nas quais iam todos os materiais necessários à construção de um castelo de pedra. Concluído em 1482 e logo em 1486 elevada à categoria de cidade, a fortaleza de São Jorge da Mina, actualmente Elmina, no Gana, permanecerá portuguesa até 1637.

O túmulo de Diogo de Azambuja (1432-1518) na igreja de N.ª Sra. dos Anjos, em Montemor-o-Velho, com a sua estátua jacente e baixos relevos laterais que representam a pesagem e a fundição do ouro africano da Mina, é o único testemunho coevo que existe das tarefas que a transformação do ouro nativo exigia nessas terras distantes.

Nos últimos vinte anos de quatrocentos, todos os meses uma caravela singrava rumo à Mina, carregada de mercadorias (mantas, panos coloridos e lanifícios, alambéis, caldeiras, bacias e manilhas de cobre e de latão, cauris, corais e contas coloridas), regressando com 60 a 80 quilos de ouro, cujo resgate pertencia por direito ao rei. Ou seja, em média anual, entre 720 a 960 quilos de ouro.

Tal quantidade de ouro dava ao soberano português um incontestado prestígio internacional, e foi assim que, logo em 1489, D. João II não hesitou em acrescentar aos seus títulos reais hereditários de «Rei de Portugal e dos Algarves», um novo e prestigioso título de «Senhor da Guiné».

Será com este ouro da Mina que D. João II manda lavrar nesse ano de 1489 uma nova espécie áurea, maior e mais pesada que os cruzados afonsinos, o *Justo*, a sua moeda de prestígio internacional; será também desta sua Mina que sairá o ouro para os grossos *Portugueses* de D. Manuel I.

NO TOTAL, entre os resgates reais de Arguim e da Mina, e o comércio privado nos rios da Guiné, os descobrimentos portugueses teriam sido responsáveis pela introdução na Europa, em média anual e durante um período de trinta anos, entre o final da década de 1480 até ao início da década de 1520, de cerca de 1000 a 1300 quilos de ouro no mínimo, provávelmente muito mais, perto da tonelada e meia, ou seja, cerca de 30 por cento da média anual da produção mundial de ouro estimada para o período de 1493 a 1520.

Em Março de 1498, quando a pequena armada de Vasco da Gama estava quase a chegar a Calicute, D.Manuel I dá um

OURO RECEBIDO NA CASA DA MOEDA DE LISBOA ENTRE 1517 E 1572

Ano	Total recebido (kg) (*)	Da África Ocidental (kg)	Entregas de particulares (kg)	% T
1517	475	437	38	8
1518	439	439	-	-
1520	531	494	37	7
1521	576	434	142	25
1523	735	308	427	58
1524	426	291	135	32
1526	473	255	218	46
1528	444	223	221	50
1529	379	221	158	42
1530	213	158	55	26
1531	293	225	68	23
1532	885	699	186	21
1534	343	272	71	21
1540	943	393	550	58
1543	1 099	349	750	68
1549	979	169	810	83
1550	155	155	-	-
1551	1 027	221	806	78
1552	136	136	-	-
1553	656	99	557	85
1555	378	378	-	-
1556	1 544	243	1 301	84
1560	1 294	144	1 150	89
1561	727	145	582	80
1572	840	-	840	-
Total	15 990	6 888	9 102	57

(Fonte: Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, 2.ª edição, 1981-1983)

novo regimento à Casa da Moeda de Lisboa (*), pelo qual ficamos a saber que, nessa data, a capacidade máxima de produção situava-se nos 2000 cruzados de ouro por dia, ou seja, pouco mais de 7 quilos de ouro amoedado. Num período anual, os volumes de amoedação poderiam corresponder a cerca de 1000 quilos, ou seja, um valor coincidente com a quantidade mínima estimada do ouro proveniente dos tratos comerciais da África Ocidental.

Mas deste ouro africano, chegado a Lisboa por conta de particulares e por conta da coroa, só uma parte dará entrada na Casa da Moeda para ser reduzido a moeda. Os mais antigos registos datam de 1517, prolongando-se de forma descontínua até ao início da década de 1570. Apesar de estarem incompletos, o seu estudo por Vitorino Magalhães Godinho permitiu dar a conhecer, de forma aproximada, os correspondentes volumes de amoedação do ouro ao longo de cinquenta anos, desde o final do reinado de D. Manuel I, até ao reinado de D. Sebastião, bem como, rastrear a sua origem ou proveniência.

Em traços gerais, a média anual do ouro recebido na Casa da Moeda durante a década de 1520 estaria já reduzida a 500 quilos, com uma crescente participação das entregas de particulares. Neste período destaca-se o ano de 1523, quando mais de metade de todo o ouro recebido em Lisboa pertencia a particulares. Nas décadas seguintes regista-se um crescente aumento das entradas de ouro, sobretudo à custa das entregas de particulares: 83% em 1549, atingindo os 89% em 1560. O pico das entradas de ouro deu-se em 1556, ultrapassando a tonelada e meia, mas desse ouro apenas 243 quilos eram provenientes da Mina.

(*) PESO ÷ 3,837 g/CRUZADO = QTE. CRUZADOS PRODUZIDOS

Verifica-se, assim, que desde o início da década de 1520, com particular incidência desde 1540, os particulares entregavam na Casa da Moeda mais ouro do que aquele que os resgates reais conseguiam nas feitorias da África ocidental, cujo declínio era já então evidente. É que, na sua esmagadora maioria, esse ouro já não era ouro português do comércio africano, mas sim ouro espanhol das conquistas no Novo Mundo, resgatado em território nacional antes mesmo de chegar a Espanha.

Com algumas excepções, no entanto: em 1544-45 e, mais tarde, em 1555-56 e em 1560-61, têm lugar importantes reformas do ouro português em circulação, com criação de novas espécies monetárias e uma forte subida do preço do ouro. Mudanças particularmente sentidas desde Junho de 1555, com o abandono da cunhagem dos últimos cruzados, ditos *calvários*, e o lançamento dos *São Vicentes* de ouro, cuja amoedação seria também abandonada em 1560, dando então lugar a novas moedas de *500 reais*.

Talvez estas mudanças expliquem o grande afluxo de ouro registado em 1556 e em 1560 na Casa da Moeda por conta dos particulares, que mais não seria que ouro amoedado das anteriores emissões, para ser recunhado.

Outros registos existem que dão conta de que o ouro da Mina continuou a ser recebido em Lisboa durante as primeiras décadas do século XVII (252 quilos em 1607; 306 quilos em 1617), abastecendo as amoedações dos cruzados filipinos, até à perda da fortaleza para os holandeses em 1637. □

(*) Publicado em Gambetta, A. F., *História da Moeda*, vol. I, APH, Lisboa, 1978.

AMOEDAÇÃO DE OURO BRASILEIRO NA CASA DA MOEDA DE LISBOA 1688 – 1777

António Miguel Trigueiros

INTRODUÇÃO

O objectivo deste artigo é dar a conhecer um notável trabalho de investigação sobre a história monetária portuguesa setecentista, que mereceu à sua autora, Rita da Conceição Cardoso Martins de Sousa, a obtenção em 1999 do grau de Doutor em História Económica e Social pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797) resultou de seis anos de pesquisas exaustivas no Arquivo Histórico da Casa da Moeda e consiste numa análise do efeito "das chegadas de metal precioso, nomeadamente de ouro, nas emissões e na oferta monetária da economia portuguesa do século XVIII". Trata-se de uma tese de doutoramento que não foi publicada em volume de venda ao público e que por isso não é muito acessível, sendo esta a principal razão que me levou a divulgar nestas páginas um dos seus contributos de maior interesse para a numismática: uma nova e inédita estatística das moedas de ouro e de prata cunhadas em Lisboa desde 1688 a 1797.

Para todos nós, que só conhecíamos as estatísticas iniciadas em 1752 e publicadas pela Casa da Moeda em 1873, essa foi uma agradável surpresa: pela primeira vez era possível conhecer os números das amoedações anuais, por tipos de moeda, durante todo o século XVII.

Neste artigo encontrará o leitor algumas das principais conclusões do minucioso estudo de Rita Martins de Sousa, designadamente, sobre os quantitativos de ouro chegado a Lisboa e aqui amoedado e, em quadros anexo, as estatísticas das amoedações de ouro para o período de 1688 a 1777, ou seja, até ao final do reinado de D. José I.

Posteriormente tentarei fazer o mesmo com as amoedações de prata, de que também se ocupa o estudo de Rita de Sousa.

OURO DO BRASIL

Deve-se às bandeiras paulistas da segunda metade do século XVII o desbravamento do sertão hoje conhecido como Minas Gerais, que levaria à descoberta dos primeiros filões de ouro brasileiro de aluvião. A um desses cursos fluviais, onde cerca de 1693 começou a ser extraído o precioso metal, que não era amarelo, mas da cor do aço por temperar, seria dado o sugestivo nome de Ouro Preto, mais tarde nome de povoação de mineiros, actual Vila Rica.

Pouco depois de iniciada a exploração aurífera foi imposto o pagamento de um